

PREFEITURA DE CARAPICUÍBA

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 41993/2024

IDENTIFICADOR NO BANCO DO BRASIL Nº. 1063962

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO TÉCNICO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (CORREGO CHICÃO).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE: 29/01/2025 às 08h. ATÉ: 11/02/2025 às 09h.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 11/02/2025 às 09h.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observando o prazo legal, o licitante poderá formular consultase esclarecimentos exclusivamente por e-mail: licitacoes@carapicuiiba.sp.gov.br.

*Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

A Prefeitura de Carapicuíba, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) e dos membros da equipe de apoio designados pela Portaria nº 210 de 22 de janeiro de 2024, com sede na Rua Joaquim das Neves, 211 – Vila Caldas, Carapicuíba/SP-CEP: 06310-030, torna público para conhecimento de todos os interessados a licitação na modalidade **PREGÃO** na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob critério de julgamento pelo MENOR PREÇO unitário, com modo de disputa “ABERTO”, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e de regulamentação Federal e suas alterações.

Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Quantitativo e Valor Estimado;

ANEXO III – Modelo de declaração conjunta;

ANEXO IV – Modelo de proposta;

ANEXO V – Minuta de Contrato;

ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06 e art. 4º da Lei 14.133/21;

ANEXO VII – Termo de Ciência e Notificação;

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto a Contratação de empresa especializada em serviço técnico para execução de projetos de compensação ambiental (Corrego Chicão), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento em atendimento a **Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação**.

2. INFORMAÇÕES E ELEMENTOS ESCLARECEDORES DA LICITAÇÃO

2.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva por meio de lances enviados pelos licitantes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, pela rede mundial de computadores (Internet).

2.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro (a) nomeada por esta Administração Pública.

2.3. O licitante deverá fazer o seu credenciamento junto ao Banco do Brasil, em qualquer agência, podendo obter informações pela Internet, acessando o endereço: <https://licitacoes-e2.bb.com.br> sistema de licitações.

2.4. O licitante apto a participar do certame deverá confirmar, em campo específico do sistema, durante o envio das propostas iniciais, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação contidos neste Edital.

2.5. Ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no Pregão, o licitante terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação, nos valores e condições do referido lance. Após o Pregoeiro (a), conjuntamente com a equipe de apoio, darão seqüência ao processo de Pregão.

2.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove recebimento.

2.7. O interessado poderá ler e obter o texto integral deste Edital e seus Anexos, bem como elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto acessando o site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br>, no site da Prefeitura: <http://www.carapicuiiba.sp.gov.br/>, no Portal Nacional de Compras Publicas – PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, pelo email: licitacoes@carapicuiiba.sp.gov.br, e pelo telefone (11) 4164-5500 ramal 5442.

2.8. Os pedidos de esclarecimento de dúvidas e impugnação com relação ao Edital deverão ser encaminhados por escrito até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de abertura

das propostas por meio eletrônico.

2.9. O sistema eletrônico aplicará o tratamento diferenciado para Micro Empresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), quando assim enquadrada a fim de gozar dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006, no tocante ao direito de preferência e critério de desempate.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação empresas, interessadas, do ramo pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei que atendam às exigências da habilitação.

3.1.1. DOS CONSÓRCIOS

Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio:

3.1.2. Os CONSÓRCIOS deverão atender ao disposto no art. 15. da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, ficando ainda condicionada sua participação ao cumprimento dos seguintes requisitos:

(a) Cada CONSORCIADO deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos deste EDITAL;

(b) não será permitida a participação de um mesmo LICITANTE como CONSORCIADO em mais de um CONSÓRCIO;

(d) somente se admitirá a participação de sociedades CONTROLADAS, CONTROLADORAS ou sob CONTROLE comum de um mesmo LICITANTE, quando estiverem no mesmo CONSÓRCIO.

3.1.3. No CONSÓRCIO de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, nos termos do art. 15, § V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.4. Não há número mínimo ou máximo de CONSORCIADOS para cada CONSÓRCIO.

3.1.5. Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos CONSORCIADOS até a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO, a partir do qual deverão ser observadas as regras de transferência da CONCESSÃO e de transferência do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

3.1.6. A desclassificação ou a inabilitação de qualquer CONSORCIADO acarretará a desclassificação ou a inabilitação automática do CONSÓRCIO.

3.1.7. As exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer dos CONSORCIADOS, isoladamente, ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos CONSORCIADOS.

3.1.8. Os integrantes do CONSÓRCIO serão solidariamente responsáveis, perante a PODER CONCEDENTE, pelos atos praticados durante a LICITAÇÃO.

3.1.9. A responsabilidade solidária dos CONSORCIADOS cessará, para fins das obrigações assumidas em virtude da presente LICITAÇÃO, após a DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO.

3.2. SERÁ VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO QUANDO:

que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.1. que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021;

3.2.2. organizados em Cooperativa, que não atenderem às prescrições artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.3. autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.4. A vedação de que trata este subitem estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.6. que sejam empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.7. a critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.4 e 3.2.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.8. O disposto nos itens 3.2.4 e 3.2.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo,

nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

3.2.9. que sejam pessoas, física ou jurídica, que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.10. O impedimento de que trata este subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.11. que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação

3.2.12. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.2.13. que sejam pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.14. que sejam agentes públicos do órgão ou entidade licitante;

3.2.15. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.2.16. que sejam empresas estrangeiras não autorizadas a comercializar no País;

3.2.17. que sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

3.2.18. que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.19. que estejam suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas de contratar com a Administração Pública de Carapicuíba, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

3.2.20. cujo estatuto ou contrato social não inclua dentre os objetivos sociais, atividades compatíveis com o objeto do certame.

3.2.21. que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3.2.22. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

3.2.23. A contratação de empresa pertencente a parente de servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pela administração, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

3.2.24. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.25. que sejam servidores públicos ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta;

3.2.26. que sejam empresas sob a aplicação das penalidades contidas nos incisos III e IV, do art. 156, Lei n. 14.133/2021;

3.2.27. Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

3.2.28. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.2.29. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2.30. A participação na licitação implica automaticamente a aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e legislação aplicável.

3.2.31. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação e neste edital.

4 DEVERÁ O LICITANTE VENCEDOR APRESENTAR APÓS O ENCERRAMENTO DA DISPUTA DE LANCES A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO QUE CONSISTIRÁ EM:

4.1. O licitante deverá apresentar os documentos relativos à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas seguintes condições:

4.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

4.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.1.5. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.1.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com os objetos deste edital.

4.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.8. Declarações Conjuntas (Anexo III).

a) Declaração de está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; (Anexo III).

b) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, 1 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999; (Anexo III).

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso XVII da Lei 14.133, de 2021. (Anexo III).

d) Não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública de Carapicuíba e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

e) Não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;

f) Está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

g) É responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico ou presencialmente, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

4.1.9. Documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

4.1.9.1. Comprovação de aptidão para realização do objeto da presente licitação, através de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa tenha executado fornecimento similar, pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação com exigência de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto ofertado,

4.1.9.2. A empresa vencedora deverá apresentar comprovação de registro da empresa no CREA/CAU - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia / Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade;

4.1.9.3. A empresa vencedora deverá apresentar comprovação de possuir no mínimo um profissional responsável técnico registrado no CREA/CAU, em plena validade; A comprovação de relação jurídica válida entre o Responsável Técnico e a empresa licitante deverá ser por meio de a apresentação da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho de Prestação de Serviços ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor e Ata de Eleição de Diretoria no caso de "S.A.", ou Ficha de registro de empregado ou ainda declaração assinada pelo profissional responsável técnico de que se responsabilizará pela Ata de Registro do presente Pregão Eletrônico.

5. A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consiste em:

5.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

5.1.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

5.1.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos emitida pela Fazenda do Estado, sede da licitante, devendo compreender os Débitos Inscritos na Dívida Ativa.

5.1.4. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, emitida pela Prefeitura da cidade da sede da licitante.

5.1.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do “CRF” – Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu prazo de validade;

5.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-Ad Consolidado das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.6.1. Serão aceitas Certidões Positivas, com efeito de negativas, na forma da lei, ou documento equivalente.

5.1.6.2. As certidões extraídas da Internet, deverão ser apresentadas no original, as demais poderão ser apresentadas no original ou em cópia autenticada.

5.1.7. A licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

6. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consiste em:

6.1.2. Certidão negativa de fato sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes.

6.1.3. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

6.1.4. Prova de Capital Social ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10 % do valor total

estimado da licitação.

7. DOS PROCEDIMENTOS

7.1.2. O licitante deverá preencher sua proposta inicial até a data e horário definido no preâmbulo deste Edital.

7.1.3. O(s) arquivo(s) deverá (ao) ser preferencialmente no formato PDF o tamanho do arquivo não poderá exceder a 500KB (quinhentos kilobytes).

7.1.4. Qualquer documento anexado será analisado após a fase de lances, e, havendo divergência entre as informações constantes nos campos “Condições do Proponente”, nas “Informações Adicionais” e no “Anexo da Proposta Eletrônica”, é facultada a realização de diligências pelo Pregoeiro, não podendo haver, entretanto, alteração da marca e/ou referência informados, prevalecendo aquelas inseridas nas “Condições do Proponente” e/ou “Informações Adicionais”.

7.1.5. A Pregoeiro (a) desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como as que ofertarem preços e lances manifestadamente inexequíveis.

7.1.6. Após a classificação das propostas para participação na etapa da disputa de preços, a Pregoeiro (a) dará sequência ao processo de Pregão comunicando, na data e horário definidos neste Edital, os licitantes classificados.

7.1.7. O julgamento das propostas será feito pelo valor global.

7.1.8. O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço ofertado na etapa de abertura das propostas.

7.1.9. No caso de nenhum licitante ofertar lance na etapa de disputa de preços, será considerado vencedor o que apresentar menor preço para o item na etapa anterior, sendo facultado o Pregoeiro (a) decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

7.1.10. A etapa de disputa de preços (lances) divide-se em:

A. A etapa de envio de lances na seção pública durará 10 minutos e após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública;

B. O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$ 0,01

7.1.11. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação, preço inexequível poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro (a), que emitirá um aviso e justificará o motivo da exclusão do lance do licitante.

7.1.12. Ao final da etapa de disputa de preços, após a declaração de vencedor, será aberto prazo para o licitante manifestar o desejo a incursão de recursos. A falta de manifestação imediata e motivada de licitante importará a decadência do direito ao recurso.

7.1.13. O recurso deverá ser encaminhado por escrito, em até 3 (três) dias úteis conforme o item 15 e seguintes deste Edital. O envio de recurso fora deste prazo não será considerado e o objeto da licitação adjudicado, pelo Pregoeiro (a), ao vencedor.

7.1.14. Após o julgamento dos eventuais recursos ao Pregoeiro (a) enviará via e-mail ao licitante, comunicando o vencedor da disputa.

7.1.15. O processo licitatório findo será encaminhado a Autoridade Competente para a respectiva homologação.

8. DA ABERTURA

8.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, conforme datas e horários estabelecidos no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

8.1.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado os licitantes serão imediatamente informados de seu recebimento, horário e registro de valores.

8.1.3. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.1.4. Serão aceitos todos os lances registrados no sistema, independente da classificação.

8.1.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo o registrado em primeiro lugar.

8.2. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.3. O sistema eletrônico anunciará por meio de aviso, o iminente encerramento do tempo para recebimento dos lances.

8.4. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, ou da decisão pelo Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor, ou quando for o caso, após a negociação.

8.5. Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro (a) deverá decidir sobre aceitação da proposta de menor preço e poderá negociar melhor valor com o proponente que tenha ofertado o menor lance.

8.6. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável face às condições previstas neste Edital, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas ou os lances, observando a ordem de classificação e verificará a aceitabilidade das mesmas e a habilitação do participante, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido o melhor preço.

8.7. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta o lance de menor preço.

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os valores estimados previstos no item Anexo I deste Edital, as especificações técnicas mínimas e demais condições previstas neste instrumento.

9.2. Serão desclassificadas as propostas:

9.2.3. Que não atendam às exigências formais e materiais previstas neste edital;

9.2.4. Inexequíveis, ou seja, aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto (art. 74, da Lei nº 14133 / 2021); e,

9.2.5. Que apresentarem, após superadas a disputa de lances e a negociação, preço superior ao máximo informado no Anexo I - Especificação do objeto e quantitativos e **orçamento estimado**.

9.3. A decisão motivada de desclassificação será proferida e registrada no sistema em tempo real.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

10.1. Proposta Comercial e todos os documentos relativos à habilitação, originais ou assinatura digital, relacionadas neste Edital deverão ser remetidos pelo e-mail: <https://licitacoes-e2.bb.com.br> **no prazo máximo de 2 (duas) horas após a empresa ser declarada arrematante**, podendo ser prorrogada por igual período mediante solicitação justificada do licitante e devidamente aceita pelo pregoeiro.

10.2. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos acima estabelecidos acarretará na inabilitação da empresa e nas sanções previstas no item 12 com base na Lei vigente.

10.3. Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço. Divulgado o vencedor, os demais licitantes serão informados pelo pregoeiro, que terão o prazo de 24 horas para manifestarem a intenção motivada de interpor recurso, utilizando para tanto, exclusivamente campo próprio disponibilizado no sistema, e para protocolar o recurso e contrarrazões seguir o item 14 deste edital.

10.4. Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, Proposta de Preços – modelo sugerido no Anexo III do Edital, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal do licitante vencedor, conforme indicado no próprio formulário (obrigatoriamente em original digitalizado).

10.4.3. As propostas enviadas deveram constar especificação clara, completa e detalhada do material ofertado, sob pena de desclassificação, conforme padrão definido neste Edital;

11. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

11.1. A realização do serviço deverá ser realizada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço em locais indicados pela CONTRATADA para realização do serviço, de acordo com a solicitação da Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação, neste município, conforme especificações do ANEXO I.

11.2. A prestação do(s) serviço (s) licitado(s) deverá ter medição mensal de nota fiscal sendo somente aceita após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Anexo I deste Edital.

12. DO PRAZO

12.1. O presente terá sua vigência iniciada a partir da ordem de serviço, permanecendo em vigor por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme Lei vigente.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após apresentação de nota fiscal, revestida das formalidades legais e embasada no pedido de compra.

13.2. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja comprovado o cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

13.3. Nenhum pagamento será feito ao licitante vencedor antes de quitada ou relevada à multa que tenha sido aplicada.

13.4. Os valores que não forem pagos no prazo previsto poderão ser acrescidos de compensação financeira de 0,5% ao mês, apurados desde a data prevista para pagamento até a data de sua efetivação, calculados “pró rata” sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas serão suportadas com os recursos classificados na dotação orçamentária SPECH n.º: 21.21.01.04.122.0002.3.3.90.39 99 - 874 - (elemento 39 – Serviço).

15. OBRIGAÇÕES

15.1. Constituem obrigações do licitante vencedor:

15.1.3. Atender às solicitações feitas pela **Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação**, a contar da data de expedição da Ordem de Serviço.

15.1.4. Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais para realização do serviço de seu estabelecimento até o local determinado, contemplando todos os custos, tudo de acordo e em pleno atendimento ao descritivo do Anexo I que é parte integrante do Edital, sem ônus para Prefeitura.

15.1.5. O serviço será recebido provisoriamente, pelo representante designado da administração para recebimento, por um período de 03 (três) dias para verificação da conformidade do material com a qualidade, especificação e preço.

15.1.6. No período de carência para recebimento definitivo, o representante da administração poderá solicitar a substituição do serviço realizado em desacordo com as condições estabelecidas ou, ainda, que apresente várias ou condições impróprias para uso a que se destinam.

15.1.7. A substituição do serviço deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente ao da formal comunicação da ocorrência, sendo que a não efetivação da substituição no prazo assinalado, sem justificção, apresentada pelo fornecedor e aceita pela

secretaria requisitante, implicara na aplicação das sanções previstas no item 13 e subitens deste edital.

15.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos Federais, Estaduais e Municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela Prefeitura do Município de Carapicuíba.

15.1.9. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Carapicuíba ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

16.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

16.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.4. der causa à inexecução total do contrato;

16.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato,

16.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.9. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.10. Advertência, quando a contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas aos subitens 12.2, 12.3, 12.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual

pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

16.12. O atraso na entrega do objeto da licitação sujeitará a Contratada à multa de moradia 0,5% (meio por cento) do valor da parcela em atraso, por dia, até o 15º (décimo quinto) dias de atraso, após será considerada inexecução parcial do contrato.

16.13. O não atendimento e observância dos serviços solicitados pela Administração, ou ainda a não realização do serviço ou desacordo com as especificações constante do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no contrato sujeitará a Contratada a multa no valor de 10 (dez por cento) do valor constante da Ordem de Serviço, sem prejuízo da complementação de quantidades e/ou substituição do material, e demais sanções aplicáveis.

16.14. Nos casos de reincidência em inadimplemento apenados por 03 (três) vezes no mesmo instrumento contratual ou de ato jurídico análogo, bem como as faltas graves de impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Prefeitura, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

16.15. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com as sanções de multa.

16.16. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

16.17. As multas são independentes e não eximem a Contratada da plena execução do objeto do contrato.

16.18. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, serão regidas pela Lei nº 14.133, de 2021 e alterações subsequentes.

16.19. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

16.20. O prazo para pagamento de multas será de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo a Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação.

17.2. Decairá o direito de impugnar os termos do Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data da realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

17.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado a ele pertinente.

17.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a alteração proferida implique em alteração substancial da proposta.

18. DO RECURSO

18.1. Ao final da fase de disputa, a empresa que desejar recorrer contra decisões do comprador (a) poderá fazê-lo, no prazo de 30 (trinta) minutos, manifestando sua intenção de recurso logo após a declaração de vencedor, o licitante deverá apresentar, por escrito, razões de recurso em 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentarem contra razões, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.2. A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes em recorrer, importará a decadência do direito ao recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo (a) Pregoeiro (a), ao vencedor.

18.3. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

18.4. As razões de recurso e as contra razões apresentadas deverão ser encaminhadas, diretamente à Departamento de Licitações e Compras, por e-mail: licitacoes@carapicuiiba.sp.gov.br

18.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6. Os recursos contra as decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dias de expediente do Município de Carapicuíba.

19.2. É facultada à comissão ou autoridade responsável pelo recebimento da mercadoria a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material licitado, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

19.3. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial da presente licitação. A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e por escrito do Município.

19.4. O Município poderá revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não gerando direito de indenizar quando anulada por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei nº14.133/2021, assegurada a ampla defesa.

19.5. É facultado ao Pregoeiro (a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.6. Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 14.133, de 2021, no que couber.

Carapicuíba, 28 de janeiro de 2025.

Eidmar Carnuta da Silva Luz
Pregoeira

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, EXECUÇÃO DE PLANTIO, MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES ARBÓREAS NATIVAS E MONITORAMENTO, EM CUMPRIMENTO INTEGRAL ÀS EXIGÊNCIAS DO ÓRGÃO AMBIENTAL (CETESB) CONTIDAS NO TERMO DE COMPROMISSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (TCRA) Nº 72.668/2024 VISANDO A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE 2,195 HA.

CARAPICUÍBA/SP
NOVEMBRO
2024

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	21
2.	JUSTIFICATIVA	21
3.	OBJETIVO E ESCOPO	22
4.	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	22
5.	ÁREA DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL	23
6.	PROCEDIMENTOS	23
7.	MUDAS E ESPÉCIES A SEREM UTILIZADAS.....	24
8.	IMPLANTAÇÃO DO PLANTIO COMPENSATÓRIO	25
8.1.	Proteção da área.....	25
8.2.	Limpeza prévia para controle de plantas exóticas invasoras e pragas.....	25
8.3.	Preparo do solo e adubação de base	26
8.4.	Coveamento	27
8.5.	Plantio.....	27
8.6.	Irrigação	28
9.	ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO	28
9.1.	Replantio	28
9.2.	Adubação de cobertura.....	29
9.3.	Irrigação	29
9.4.	Controle de plantas invasoras.....	29
9.5.	Controle a pragas e doenças.....	29
10.	RELATÓRIOS TÉCNICOS.....	29
10.1.	Relatório Técnico de Plantio.....	29
10.2.	Relatórios Técnicos de Monitoramento dos TCRAs	30
11.	DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	30
12.	DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS	33
13.	CRONOGRAMA FÍSICO	32
14.	SUPERVISÃO TÉCNICA E GERENCIAMENTO DO CONTRATO.....	33
15.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	33
16.	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	34

1. INTRODUÇÃO

Para a solicitação de autorização de intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e cortes de indivíduos arbóreos nativos isolados necessárias para a execução do projeto de implantação da canalização do Córrego do Chicão, firmou-se entre a Prefeitura Municipal de Carapicuíba e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) 72.668/2024, com objetivo inicial de apresentar projeto e execução de serviços de compensação ambiental para recuperação ambiental em área de 2,195 ha.

Devido à escassez de áreas no município de Carapicuíba para o cumprimento do TCRA, será necessária a contratação de empresa especializada em projeto de compensação ambiental para a elaboração de projeto de compensação ambiental com a devida apresentação de área disponível para implantação do plantio compensatório.

Após a elaboração, apresentação e aprovação do Projeto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), o TCRA será atualizado junto à CETESB, e a partir desta atualização será possível a execução do serviço.

O escopo completo da prestadora de serviços contratada inclui a elaboração do projeto de compensação, a execução do plantio, manutenção e monitoramento da área, além da apresentação de relatórios de monitoramento, visando o cumprimento integral das exigências contidas no TCRA firmado, de acordo com as legislações ambientais vigentes.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade da autorização para intervenção em área de preservação permanente e corte de indivíduos arbóreos nativos isolados para a construção do empreendimento de interesse público no município de Carapicuíba, a implantação da canalização do Córrego do Chicão, faz-se necessário firmar o compromisso de recuperação ambiental.

A contratação justifica-se pela necessidade do cumprimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 72.668/2024 firmado com o órgão ambiental CETESB, visando mitigar os impactos ambientais causados

Os serviços requeridos para cumprimento dos objetos propostos deverão atender a Resolução SMA nº 32/2014 e Portaria CBRN nº 01/2015 e outras legislações e normativas vigentes e pertinentes ao tema.

3. OBJETIVO E ESCOPO

O objetivo do presente termo de referência é definir critérios, orientações e discriminar o escopo relativo à contratação de prestadora de serviços especializada em plantios compensatórios, visando o atendimento da obrigação de recuperação florestal e englobando os seguintes serviços:

- Identificação de áreas adequadas à compensação ambiental;
- Elaboração do Projeto de Compensação Ambiental, atendendo às diretrizes legais, em especial a Resolução SMA SP 32/2014;
- Obtenção das anuências dos proprietários e/ou gestores da área de compensação;
- Inscrição do projeto no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE);
- Implantação do projeto de plantio compensatório incluindo a disponibilização das mudas necessárias para plantio e replantio;
- Manutenção e monitoramento da recuperação florestal por ao menos 03 (três) anos até o atendimento das exigências contidas no TCRA com emissão de relatórios de acompanhamento.

4. ELABORAÇÃO DO PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá realizar a apresentação do Projeto de Compensação Ambiental, conforme as exigências contidas no TCRA firmado e demais legislações vigentes pertinentes ao tema no período máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

A CONTRATADA deverá adequar todas as informações referentes às espécies a serem plantadas bem como seu manejo, conforme o bioma e as características ambientais da área de plantio.

O projeto deverá descrever a área de compensação ambiental, bem como as atividades e metodologias que serão desenvolvidas nas etapas de

plantio, sua manutenção e monitoramento, bem como um cronograma das atividades. O projeto deverá ser elaborado por profissional habilitado com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) recolhida.

A CONTRATANTE assume o compromisso de disponibilizar as informações e documentação pertinentes ao TCRA firmado para que a CONTRATADA elabore o projeto de compensação e realize o cadastro do mesmo no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE).

5. ÁREA DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL

Devido à escassez de áreas em Carapicuíba para o cumprimento do TCRA, a empresa especializada deve apresentar área disponível para a recuperação ambiental que poderão ser áreas públicas ou particulares, desde que haja anuência do órgão gestor ou do proprietário e que não sejam alvo de obrigações judiciais ou administrativas estabelecidas em licenças, Termos de Compromisso Ambiental ou Termos de Ajustamento de Conduta firmados com órgãos do Sistema Ambiental Paulista, bem como não sejam abrangidas por projetos de restauração ecológica executados com recursos públicos.

A compensação deverá ser efetuada em **classe de igual ou maior prioridade (Alta ou Muito Alta)**, para a conservação e restauração de **vegetação nativa no mesmo bioma (Mata Atlântica)** da área do projeto objeto da solicitação de autorização, conforme estabelecido na Resolução SEMIL nº 02/2024, de 02 de janeiro de 2024.

A área de compensação deverá ser caracterizada, considerando os aspectos físicos (clima, vegetação, hidrografia, pedologia, geologia, hidrogeologia, dentre outros) e socioeconômicos com apresentação de textos descritivos e mapas.

6. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

Os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental estabelecem as seguintes exigências técnicas:

- Deverão ser selecionadas espécies adequadas ao bioma e ao nível de encharcamento do solo;
- Após a realização do plantio deverão ser executados os tratamentos culturais, como controle de insetos e plantas invasoras, que deverão

ocorrer pelo período necessário à pega das mudas e à medida que forem ocorrendo as falhas no plantio original as mudas devem ser repostas, sendo admissível, ao final desse período, um máximo de 5% de falhas;

- Os Relatórios Técnicos de Acompanhamento do TCRA deverão ser entregues para CONTRATANTE protocolar junto ao órgão ambiental.

Para recuperação vegetal é necessário o plantio heterogêneo de espécies arbustivo-arbóreas nativas regionais. A implantação de espécies arbóreas é um procedimento que visa favorecer os estágios iniciais na sucessão do estrato arbóreo pelo enriquecimento de bioma e, conseqüentemente, maior deposição de matéria orgânica, estabilizando o solo, entre outros benefícios, incluindo à fauna.

A combinação de espécies de diferentes categorias sucessionais é fundamental para o projeto de recuperação ecológica, pois permite o estabelecimento de relações ecológicas favoráveis aos objetivos deste projeto.

7. MUDAS E ESPÉCIES A SEREM UTILIZADAS

A CONTRATADA deverá selecionar as espécies de mudas nativas do bioma Mata Atlântica que serão utilizadas no plantio compensatório. A escolha das espécies, assim como sua distribuição, será apontada pela CONTRATADA no Projeto de Compensação Ambiental a serem elaborados pela mesma, seguindo as legislações pertinentes e exigências da CETESB, com decisão fundamentada pelas espécies sobreviventes presentes na área de plantio.

As mudas deverão estar fitossanitariamente sadias e possuir bom desenvolvimento radicular, com grande quantidade de raízes novas e sem enovelamento. Ao final do contrato, será admitido **no máximo 5% de perdas das mudas plantadas**, conforme exigência da CETESB, sendo também de responsabilidade da CONTRATADA as mudas utilizadas no replantio.

O transporte das mudas deverá ser realizado alguns dias antes do plantio para que as mesmas sofram o processo de rustificação (condições ambientes de pleno sol e irrigação esparsa), com a exposição gradativa às condições de campo, sendo a responsabilidade pela conservação das mudas até o seu plantio também da CONTRATADA.

Deverão ser utilizadas mudas com procedência comprovada da região.

Havendo indisponibilidade das espécies indicadas, o responsável técnico poderá realizar substituições por outras espécies disponíveis da região, desde que com as mesmas características ecológicas, categoria de ameaça de extinção e síndrome de dispersão.

Recomenda-se a consulta da Lista de Espécies Indicadas Para Restauração Ecológica Para Diversas Regiões do Estado de São Paulo (2017), fornecida pelo Instituto de Botânica de São Paulo para a seleção das espécies arbóreas a serem utilizadas na execução do plantio, conforme orientação do responsável técnico da CONTRATADA.

8. IMPLANTAÇÃO DO PLANTIO COMPENSATÓRIO

O plantio deverá ser precedido por atividades preliminares, tais como: proteção da área, limpeza prévia para controle de plantas exóticas invasoras e pragas, preparo do solo e adubação de base e coveamento.

8.1. Proteção da área

No que tange o cercamento, o Artigo 4º da Resolução CONAMA nº 429/2011, em seu inciso I, estabelece que a proteção das espécies nativas, por meio de isolamento ou cercamento, deverá ocorrer em casos especiais necessários e tecnicamente justificados, sob responsabilidade da CONTRATADA. Desse modo, apenas nos locais onde há a presença de criação de animais de grande porte ou livre acesso da população, deverá ser realizado o cercamento da área a ser recuperada, visando protegê-la, bem como evitar a compactação do solo pelo pisoteio e favorecendo o crescimento seguro das mudas.

A CONTRATADA deve implantar medidas pertinentes para prevenção contra incêndios em todo o perímetro da área de plantio, considerando, por exemplo, a implantação de aceiros.

8.2. Limpeza prévia para controle de plantas exóticas invasoras e pragas

Caso haja presença de espécies exóticas e invasoras na área de execução do Projeto de Compensação Ambiental, a CONTRATADA deverá promover seu controle por meio do uso de técnicas de roçada semi-

mecanizada e/ou manual somente nas linhas de plantio possibilitando que as plantas se estabeleçam livres de competição para o seu crescimento esperado.

Caso necessário, o controle de espécies competidoras poderá ser realizado com a utilização de herbicida, sob orientação do responsável técnico da CONTRATADA.

Previamente ao plantio, a CONTRATADA deverá inspecionar toda a área de plantio com o objetivo de identificar formigas cortadeiras, carreadores, olheiros e outras pragas. Faz-se necessário também identificar a espécie das pragas, visando à escolha do método mais adequado de combate. Ressalta-se que o método e o produto para controle das pragas deverão ser indicados pelo responsável técnico da CONTRATADA, conforme necessidade.

Caso seja necessária a aplicação e doses dos produtos para controle de espécies invasoras e pragas, esta deverá ser realizada conforme as recomendações dos fabricantes e com base nas orientações de profissional habilitado.

Deverão ser tomados os devidos cuidados técnicos necessários para a preservação da fauna local, bem como para pessoas. O uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs próprios para este fim, além de utilização de Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC são obrigatórios e de responsabilidade da CONTRATADA. Ao término da aplicação, as embalagens vazias serão destinadas conforme diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.785/2023.

As atividades de controle de espécies invasoras e pragas, sob responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser repetidas periodicamente até o pleno desenvolvimento das mudas com intuito de evitar a perda de mudas plantadas.

8.3. Preparo do solo e adubação de base

Sugere-se que a descompactação do solo seja realizada apenas nas áreas de abertura das covas. Caso necessário, a descompactação poderá ser realizada por meio de subsolador florestal.

Caso sejam necessárias, as atividades de correção do pH e adubação do solo deverão ser realizadas conforme orientação do responsável técnico da CONTRATADA, podendo recomendar a adubação química ou verde, a

depende do estágio do plantio e das condições observadas no monitoramento.

8.4. Coveamento

O plantio será executado nos termos de plantio direto, com manejo mínimo do solo. Logo, deverão ser feitas covas com dimensões de 50 cm de profundidade por 50 cm de diâmetro nos pontos de coroamento.

A remoção da vegetação competidora deverá ocorrer em um raio aproximado de 50 cm ao redor da muda. O material resultante da roçada poderá ser acomodado de forma a proteger o solo no entorno das mudas plantadas favorecendo a infiltração, aumentando a capacidade de retenção de umidade e reduzindo as perdas por evaporação, proporcionando a interação com a fauna edáfica.

O preenchimento do fundo da cova deve ser feito com uma camada de substrato preparado até completar o nível ideal para a acomodação do torrão da muda, de forma que a sua superfície esteja a 5 (cinco) cm acima do terreno e preencher os espaços vazios na cova entre as laterais e o torrão.

8.5. Plantio

Após a abertura das covas, as mudas serão levadas a campo previamente arrumadas em travessas de acordo com a mixagem especificada, de modo que não ocorram duas mudas da mesma espécie lado a lado.

Os procedimentos para plantio serão conduzidos de modo a não prejudicar o sistema radicular da planta, retirando-se o saco plástico que envolve o torrão com cuidado de modo a evitar o destorroamento.

O projeto de compensação ambiental deverão utilizar, no mínimo, o Método Convencional de Plantio, respeitando o espaçamento mínimo de 6 (seis) m² por muda (3 x 2 m). Sugere-se considerar no cronograma de plantio que a melhor época do ano para sua execução é no período da primavera/verão.

A obtenção de mudas de espécies florestais nativas da Mata Atlântica deverá seguir a quantidade mínima de espécies e a proporção entre os grupos ecológicos, considerando que as espécies arbustivas e arbóreas representem no mínimo 70% (setenta por cento) do número total de espécies utilizadas, conforme orienta a Resolução SMA nº 32/2014.

O plantio das mudas deverá ser realizado em nível para evitar a ocorrência de processos erosivos na área e facilitar a manutenção nas entrelinhas. Além disso, a realização do plantio deverá ser intercalada com as mudas da regeneração secundária, eventualmente existentes, de maneira a evitar o adensamento em alguns locais em detrimento de outros.

As mudas deverão ser devidamente tutoradas com a finalidade de orientar o seu crescimento. A estaca deverá ser maior do que a planta e ser fixada ao lado do torrão, respeitando o espaço para posterior engrossamento do caule da planta. A amarração deverá ser realizada em 02 ou 03 pontos e com material que não danifique as plantas.

Todos os resíduos gerados e restos de materiais utilizados no plantio deverão ser removidos da área para posterior destinação adequada, sob responsabilidade da CONTRATADA.

8.6. Irrigação

Visando ofertar a quantidade necessária de água para a sobrevivência das mudas, a CONTRATADA deverá realizar o transporte e a distribuição de água para cada muda plantada. Tal ação deverá ser executada no mesmo dia do plantio, mesmo com o solo estando úmido. A irrigação deverá ser realizada no total das mudas até que ocorra o "pegamento".

9. ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO

Ao finalizar a implantação, a CONTRATADA deverá iniciar a fase de manutenção do plantio compensatório. Para a manutenção da compensação dentro dos parâmetros contratados, seguindo as legislações vigentes e as exigências da CETESB, o período de manutenção deverá ser de, no mínimo, 03 (três) anos.

9.1. Replantio

Em ocorrência de falhas, devido a não sobrevivência da muda ao plantio, deve-se substituir o exemplar por outro saudável e em perfeitas condições, repetindo os procedimentos de plantio inclusive a adubação de base, descritos anteriormente.

A etapa de replantio deverá ser realizada pela CONTRATADA após três meses da realização do plantio, sendo realizado sempre que houver falha no decorrer do período de monitoramento de 03 (três) anos.

Todos os resíduos gerados e restos de materiais utilizados nas atividades de manutenção do plantio deverão ser removidos da área para posterior destinação adequada, sob responsabilidade da CONTRATADA.

9.2. Adubação de cobertura

De acordo com a necessidade, a CONTRATADA deverá realizar a adubação de cobertura para manutenção, podendo utilizar adubo orgânico ou químico de acordo com o *déficit* de nutrientes.

9.3. Irrigação

Sempre que decorrerem 30 (trinta) dias sem chuvas ou quando a somatória destas for inferior a 10 (dez) milímetros, deverá ser feita irrigação com 03 (três) litros de água por planta, ou adequar de acordo com a necessidade.

9.4. Controle de plantas invasoras

O controle das plantas invasoras deverá ser realizado em área total de forma contínua e ininterrupta. O entorno das mudas deve estar livre de outras plantas, sendo recomendado manter a serrapilheira ou outra cobertura orgânica, não viva e não prejudicial ao desenvolvimento da muda.

9.5. Controle a pragas e doenças

Caso haja necessidade de combate de pragas e doenças, devem ser observados os métodos e produtos utilizados, pois estes devem causar o menor impacto ambiental possível e obedecer aos critérios técnicos e normas vigentes.

10. RELATÓRIOS TÉCNICOS

A CONTRATADA deverá elaborar os relatórios de implantação do plantio e de monitoramento que serão protocolados para apreciação da CETESB pela CONTRATANTE.

10.1. Relatório Técnico de Plantio

A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, 06 (seis) meses após a emissão da Ordem de Serviço e aprovação pela CETESB do Projeto de Compensação Ambiental, os Relatórios Técnicos de Plantio, com a devida ART recolhida, onde deverá conter informações referentes às atividades desenvolvidas no período, descrevendo a realização do plantio definido no presente Termo. Deverá constar também no relatório, as horas utilizadas, o detalhamento da metodologia, logística e cronograma do plantio, fotos da área antes e depois das intervenções, relação do aparelhamento e do pessoal técnico especializado que executou o plantio, e outros documentos que atestem a execução dos serviços previstos.

10.2. Relatórios Técnicos de Monitoramento dos TCRA

A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE os Relatórios Técnicos de Monitoramento dos TCRA nos prazos de 18 (dezoito) e 30 (trinta) meses após a emissão da Ordem de Serviço e aprovação pela CETESB do Projeto de Compensação Ambiental, conforme exigências da CETESB.

Os relatórios deverão conter todas as informações pertinentes às etapas subsequentes ao plantio, a manutenção dos indivíduos arbóreos, horas utilizadas, detalhamento de metodologias, registro fotográfico e todas as exigências da CETESB para comprovação da execução total das medidas de recuperação ambiental acordadas no TCRA.

Ressalta-se que os relatórios de monitoramento subsequentes ao 1º Relatório Técnico de Monitoramento do TCRA deverão ser elaborados pela CONTRATANTE, com dados fornecidos pela contratada dentro do Período de manutenção 03 (três) anos. Os relatórios deverão ser elaborados por profissional habilitado com a ART inclusa.

11. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Após a conclusão do processo licitatório, será expedida a Ordem de Início dos Serviços para a CONTRATADA.

A CONTRADATA deverá realizar no período máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço a apresentação do Projeto de Compensação Ambiental seguindo as exigências contidas no TCRA compromissado. Os pagamentos serão autorizados somente após a CETESB

Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria da Fazenda

Departamento de Licitações e Compras

aprovar o projeto de compensação e solicitar o cadastro do projeto no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE).



A execução do plantio deverá ser realizada em até 120 dias após a aprovação do Projeto de Compensação Ambiental pela CETESB, sendo que o período de manutenção será de 03 (três) anos. Acontecerá em conformidade com o estabelecido neste Termo, contados da data da emissão da Ordem de Início de Serviço e aprovação pela CETESB do Projeto de Compensação Ambiental, ocorrendo por conta da CONTRATADA às despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

12. CRONOGRAMA FÍSICO

MESES DE EXECUÇÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
ATIVIDADES / PRODUTOS																																				
PROJETO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	X																																			
IMPLANTAÇÃO/PLANTIO		X	X	X	X																															
MANUTENÇÃO PROGRAMADA						X			X			X			X			X			X			X			X			X			X			X
RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO						X																														
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO																		X												X						
BOLETIM DE MEDIÇÃO			X			X			X			X			X			X			X			X			X			X			X			X

13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, a cada três meses (noventa dias) contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, o Relatório Trimestral Simplificado contendo informações referentes às atividades desenvolvidas no período.

Nestes relatórios também deverão constar registros fotográficos das áreas antes do início das intervenções e depois das intervenções, notas fiscais das mudas e insumos, e outros documentos que comprovem a execução dos serviços contratados.

14. SUPERVISÃO TÉCNICA E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

A fiscalização das atividades de campo será rigorosamente realizada pela Secretaria de Projetos Especiais, Convênios e Habitação da Prefeitura Municipal de Carapicuíba durante todas as etapas vinculadas neste Termo de Referência, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, gerenciamento do contrato e certificação de notas fiscais/faturamento dos serviços prestados.

A análise dos produtos e a supervisão técnica das atividades de campo serão realizadas por profissionais indicados pela CONTRATANTE. Eventuais visitas *in loco* por parte do corpo técnico da Prefeitura de Carapicuíba poderão ocorrer para a verificação do andamento das atividades sem aviso prévio.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica exigida para os responsáveis técnicos da CONTRATADA com experiência nas execuções é um fator primordial. A CONTRATADA deverá comprovar que possui vínculo jurídico com o profissional de nível superior com formação em engenharia florestal ou agrônômica, ou outra, desde que possua as atribuições necessárias para execução das atividades.

Os responsáveis técnicos da CONTRATADA deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação do registro no respectivo órgão de classe, detentor de anotação de responsabilidade técnica, por execução de serviços de características semelhantes ao objeto do presente Termo, comprovada mediante a apresentação do CAT – Certidão de Acervo Técnico, emitidas pelo CREA ou CAU em nome da empresa CONTRATADA.

16. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Na conclusão da manutenção do plantio compensatório, por meio da apresentação dos relatórios técnicos de monitoramento do plantio, a CONTRATADA deverá comprovar o adequado cumprimento das exigências do TCRA, considerando que o plantio proposto deverá apresentar no máximo 5% de falhas.

A vistoria final deverá ser agendada e promovida conjuntamente entre técnicos da CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA, a fim de comprovar devidamente o término dos serviços acordados.

AS OBRAS SOMENTE DARÃO INICIO APÓS ANUÊNCIA DA CETESB DE QUE O PROJETO SE ENQUADRA DENTRO DOS PADRÕES EXIGIDOS.

ANEXO II
QUANTITATIVO E ORÇAMENTO ESTIMADO.

Item	Produto	Qtd.	UnD.	Valor Total ANUAL
1	Projeto de compensação ambiental (Córrego Chicão)	1	SERVIÇO	R\$ 161.491,46
Projeto de compensação ambiental (Córrego Chicão)		Área (HA) 2,195		
				R\$ 161.491,46

Valor Estimado da Licitação Anual R\$ 161.491,46
(Cento e sessenta e um mil quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos).

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONJUNTA

À
Prefeitura de Carapicuíba
Pregão Eletrônico nº. 08/2025
Processo nº. 41993/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO TÉCNICO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (CORREGO CHICÃO).

A empresa....., inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº , por intermédio do seu representante legal, o Sr(a) portador(a) da Carteira de identidade nº e CPF nº,

DECLARA,

- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso VXII da Lei 14.133, de 2021;
- d) Não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública de Carapicuíba e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156,

inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

- e) Não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- f) Está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;
- g) É responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico ou presencialmente, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Por ser verdade, firma o presente.

.....de.....2025.

Representante legal do licitante

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA

À
Prefeitura do Município de Carapicuíba
Pregão Eletrônico nº. 08/205
Processo nº. 41993/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO TÉCNICO PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (CORREGO CHICÃO).

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o.....
nº....., inscrição estadual nº....., estabelecida à Av. /
Rua....., nº....., bairro....., na cidade
de....., telefone....., fax....., vem pela.....
Presente apresentar abaixo sua proposta de preços para a Contratação de empresa
especializada em serviço técnico para execução de projetos de compensação ambiental
(Corrego Chicão).

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA				
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA A EXECUÇÃO DE PROJETOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, EXECUÇÃO DE PLANTIO, MANUTENÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS ARBÓREAS E MONITORAMENTO.				
Lote 01: TCRA 72.668/2024 (Córrego do Chicão)				
Código	Descrição	Unid.	Quantidade	Total Anual
	Compensação ambiental (TCRA Chicão)	Serviço	1	R\$ XX,XX
Projeto de compensação ambiental (Córrego Chicão)			Área (HA) 2,195	

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$....., (por extenso).

1- Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento de até 30 (trinta) dias, contados da prestação de serviço, pela unidade recebedora. Nos preços estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas e todas as demais despesas que por ventura possam recair sobre a prestação de serviço.

2- O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura do envelope "PROPOSTA".

3- Apresentamos, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO.....Nº.....

NOME DA AGÊNCIA.....Nº.....

NÚMERO DA CONTA.....

Nome e Cargo

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Local, _____ de _____ de XX.

(assinatura do responsável pela empresa)

Nome—Cargo

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº00/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 41993/2024
SECRETARIA Gestora: Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação.

Contrato de prestação de serviço contínuo que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA e a Empresa na forma abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 44.892.693/0001-40, sito Rua Joaquim das Neves nº. 211-Vila Caldas- Carapicuíba-SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Marco Aurélio dos Santos Neves, portador do RGNº.19.236.215-x e CPF nº.157.388.248-81 e pelo Secretário de Projetos Especiais, Convenios e Habitação, Sr....., portador do RG nº.....do CPF nº..... CONTRATADA:....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., estabelecida à....., Estado de....., na cidade de....., legalmente aqui representada na forma de seu Contrato Social e alterações subsequente e pelo Senhor,,, portador da cédula de identidade RG nº.....e do CPF nº.....

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada em serviço técnico para execução de projetos de compensação ambiental (Corrego Chicão)**, nas especificações e na documentação, através do edital do Pregão supra.

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A realização do serviço deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias, após a emissão da ordem de serviço em locais indicados pela CONTRATADA para realização do serviço, de acordo com a solicitação da **Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação**, neste município, conforme especificações do ANEXO I.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 meses a partir da ordem de serviços, podendo ser prorrogada a critério da administração.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REPACTUAÇÃO

4.1 O valor total estimado da presente contratação para o período de 12 (doze) meses é de R\$ _____ (_____).

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 As despesas serão suportadas com os recursos classificados na dotação orçamentária SPECH n.º: 21.21.01.04.122.0002.3.3.90.39 99 - 874 - (elemento 39 – Serviço).

CLÁUSULA QUINTA– DO PRAZO E CONDIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O início da prestação de serviço se dará em até 30 (trinta) dias após ordem de início, nos locais indicados no ANEXO I, estando incluso no preço impostos e demais encargos ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades.

5.2. A prestação do serviço licitados deverá ter nota fiscal emitida, sendo somente aceita após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Anexo I deste Edital.

5.3. A prestação de serviço será aceita se atenderem as especificações contidas no Anexo I deste Edital e rigorosamente cumpridas as condições contratuais.

5.4. Os serviços prestados em desacordo com as especificações não serão aceitos e aplicados as sanções atendendo a Lei vigente.

5.5. A Prefeitura poderá modificar o local de entrega do objeto da licitação a qualquer tempo , desde que o novo local seja acessível , livre de desimpedido e esteja situado dentro do perímetro urbano no município de Carapicuíba.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA;

- 6.2.** Cumprir dentro, dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;
- 6.3.** Atender à solicitação feita pela **Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação**, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de expedição da Ordem do Serviço.
- 6.4.** Responsabilizar-se pelo transporte, de seu estabelecimento até o local determinado, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 6.5.** Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual em que se verificarem defeitos, quebra, vícios, adulterações ou incorreções.
- 6.6.** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supra mencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela Prefeitura do Município de Carapicuíba.
- 6.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município de Carapicuíba ou a terceiros, por ato de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 1.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
- 1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 1.3.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.4.** der causa à inexecução total do contrato;
- 7.5.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 7.6.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato,
- 7.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 13.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes

sanções:

7.9. Advertência, quando a contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas aos subitens 12.2, 12.3, 12.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

7.11. O atraso na entrega do objeto da licitação sujeitará a Contratada à multa de moradia 0,5% (meio por cento) do valor da parcela em atraso, por dia, até o 15º (décimo quinto) dias de atraso, após será considerada inexecução parcial do contrato.

7.12. O não atendimento e observância dos serviços solicitados pela Administração, ou ainda a não realização do serviço ou desacordo com as especificações constante do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no contrato sujeitará a Contratada a multa no valor de 10 (dez por cento) do valor constante da Ordem de Serviço, sem prejuízo da complementação de quantidades e/ou substituição do material, e demais sanções aplicáveis

7.13. Nos casos de reincidência em inadimplemento apenados por 03 (três) vezes no mesmo instrumento contratual ou de ato jurídico análogo, bem como as faltas graves de impliquem a rescisão unilateral do contrato ou instrumento equivalente sujeitará a Contratada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Prefeitura, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

7.14. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com as sanções de multa.

7.15. Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado ao particular o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

7.16. As multas são independentes e não eximem a Contratada da plena execução do objeto do contrato.

7.17. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas, serão regidas pela Lei nº 14.133, de 2021 e alterações subsequentes.

7.18. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

7.19. O prazo para pagamento de multas será de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação da **Pregão Eletrônico nº 08/25 - Processo Administrativo nº. 41993/2024**

infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Operar-se-á de pleno direito à rescisão de contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem às hipóteses e numeradas na 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - REGIME LEGAL E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

9.1. O presente contrato rege-se, basicamente, pelas normas substanciais da Lei 14.133/2021 e suas modificações supervenientes, complementando suas cláusulas, pelas normas contratuais constantes no Edital do **Pregão Eletrônico supra** que fazem parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO

10. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos nos art. 124 da Lei 14.133/2021, por meio de termo aditivo, devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

11. A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do contrato, em observância as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12. Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. O foro do presente instrumento é o desta Comarca de Carapicuíba/SP, com expressa renúncia a qualquer outro que tenham ou venha ter as partes contratantes, por privilegiados que possa ser.

13.2. E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, que também o leram e assinam, para fins de direito.

Carapicuíba, de de 0000.

Prefeitura de Carapicuíba
Secretaria da Fazenda
Departamento de Licitações e Compras



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA

Prefeito

Secretaria de Projetos Especiais, Convenios e Habitação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA

CONTRATADA

Testemunhas

Nome: _____ ~~Nome~~ me: _____ RG: _____

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº.
123/06 E ART. 4º DA LEI 14.133/21**

À
Prefeitura do Município de Carapicuíba
Pregão Eletrônico nº. 08/2025
Processo Administrativo nº. 41993/2024

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO TÉCNICO PARA
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (CORREGO CHICÃO).**

A _____ (nome da licitante) _____, empresa de pequeno porte por seu representante legal (doc. anexo), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, declara para os devidos fins de direito que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa e empresa de pequeno porte, e pretende ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, bem como ter assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comprovação da regularidade fiscal caso haja alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

Declara ainda, que não está enquadrada em nenhuma hipótese do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, e não tem contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

_____, **(Local)** _____, _____ **(data)** _____

(Assinatura do Representante Legal)

ANEXO VII
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pregão Eletrônico nº 08/25 - Processo Administrativo nº. 41993/2024

licitacoes@carapicuiiba.sp.gov.br | (11) 4164-5500 - R. 5442
Rua Joaquim das Neves, nº 211 - Vila Caldas, Carapicuíba – SP | CEP: 06310-030, Brasil

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.